



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2009

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Eduardo Coutinho Guerra
Lísio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason
Angela Carballido Fernandez
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Felipe Augusto Trevisan Ortiz
Felipe Palmeira Bardella
Heliane Bertulucci Fernandes
Heloisa Teixeira Saito
Janet Maria Pereira
Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2o andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 8, agosto 2009. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em agosto de 2009 foi superavitário em R\$ 3,7 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão obtido em julho. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,9 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 5,2 bilhões e de R\$ 54,2 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em agosto de 2009 foi superavitário em R\$ 3,7 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão obtido em julho.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUL	AGO	JAN-AGO	
	2009	2009	2008	2009
I. RECEITA TOTAL	60.323,9	60.839,0	466.244,0	462.519,4
I.1. Receitas do Tesouro	45.857,3	46.238,5	365.257,5	350.488,2
I.1.1. Receita Bruta (1)	48.270,7	47.199,1	372.041,0	357.473,9
I.1.2. (-) Restituições	-2.413,4	-960,5	-6.783,4	-6.930,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-54,8
I.2. Receitas da Previdência Social	14.287,4	14.400,2	99.926,2	110.652,5
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	13.925,5	14.033,3	96.671,1	107.662,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	361,8	366,9	3.255,0	2.990,1
I.3. Receitas do Banco Central	179,2	200,3	1.060,3	1.378,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.796,1	10.093,0	84.585,4	82.553,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	52.527,8	50.746,0	381.658,7	379.966,1
IV. DESPESA TOTAL	51.018,0	47.055,9	306.808,1	356.116,1
IV.1. Despesas do Tesouro	33.394,0	27.209,7	181.167,6	214.182,8
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	14.375,4	11.422,6	82.141,8	97.934,9
IV.1.2. Custeio e Capital	18.929,1	15.680,8	98.506,3	115.520,6
IV.1.2.1. Despesa do FAT	4.926,0	2.798,2	13.527,9	18.370,2
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	697,6	579,5	2.490,6	1.201,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.593,2	1.601,7	10.523,5	12.431,0
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.712,2	10.701,4	71.964,4	83.518,0
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.722,3	8.450,7	56.064,7	66.252,3
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.989,9	2.250,7	15.899,6	17.265,7
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	89,6	106,3	519,5	727,3
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	17.380,8	19.591,7	124.320,0	140.213,7
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	13.912,5	15.666,4	99.469,2	112.217,0
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.468,3	3.925,3	24.850,7	27.996,7
IV.3. Despesas do Banco Central	243,1	254,5	1.320,6	1.719,6
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	1.509,8	3.690,1	74.850,5	23.850,0
VI.1. Tesouro Nacional	4.667,2	8.935,8	99.504,6	53.752,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.093,5	-5.191,5	-24.393,8	-29.561,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	13,0	-1.633,1	-2.798,1	-4.554,6
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.106,5	-3.558,4	-21.595,7	-25.006,6
VI.3. Banco Central (6)	-63,8	-54,2	-260,3	-340,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,94%	1,21%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES
ACUMULADO JAN-AGO: %

DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
Receitas	18,0%	-0,8%
Tesouro	18,3%	-4,0%
Previdência	16,6%	10,7%
Transferências	23,4%	-2,4%
Receita Líquida	16,8%	-0,4%
Despesas	11,4%	16,1%
Benefícios	10,7%	12,8%
Pessoal	9,3%	19,2%
Custeio e Capital	14,0%	17,3%
FAT	15,9%	35,8%
Subsídios	-41,1%	-51,8%
LOAS/RMV	19,2%	18,1%
Outras	16,7%	16,1%
Custeio	11,0%	18,2%
Capital	42,2%	8,6%
PIB estimado	11,9%	3,6%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Receita Total	24,56%	23,52%
Transferências	4,46%	4,20%
Receita Líquida	20,11%	19,32%
Despesa Total	16,16%	18,11%
Resultado Primário	3,94%	1,21%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 1,1 bilhão (2,2%), passando de R\$ 48,3 bilhões em julho para R\$ 47,2 bilhões em agosto. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) queda de R\$ 3,8 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 1,8 bilhão na da CSLL, em função

do pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, sem correspondência em agosto; ii) diminuição de R\$ 1,9 bilhão na arrecadação da cota-parte de compensações devido ao pagamento trimestral de *royalties* relativos à extração de petróleo no mês de julho; iii) aumento de R\$ 6,1 bilhões na arrecadação de dividendos; e iv) elevação de R\$ 1,7 bilhão na arrecadação de outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos recursos da rede bancária para a Conta Única do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 1,7 bilhão, em conformidade com a Medida Provisória nº 468, de 31 de agosto de 2009.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/09	AGO/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.232,7	7.233,6
CIDE-Combustíveis	254,0	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.147,0	2.696,9
Total	7.796,1	10.093,0

¹ Inclui auxílio financeiro

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,1 bilhões em agosto, contra R\$ 7,8 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 29,5% em termos nominais. As transferências constitucionais registraram R\$ 7,2 bilhões, com acréscimo de 16,1% frente a julho de 2009, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de julho, repassado em agosto. As demais transferências aumentaram R\$ 1,6 bilhão (135,1%), especialmente em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de *royalties* e da participação especial na exploração de petróleo e gás natural.

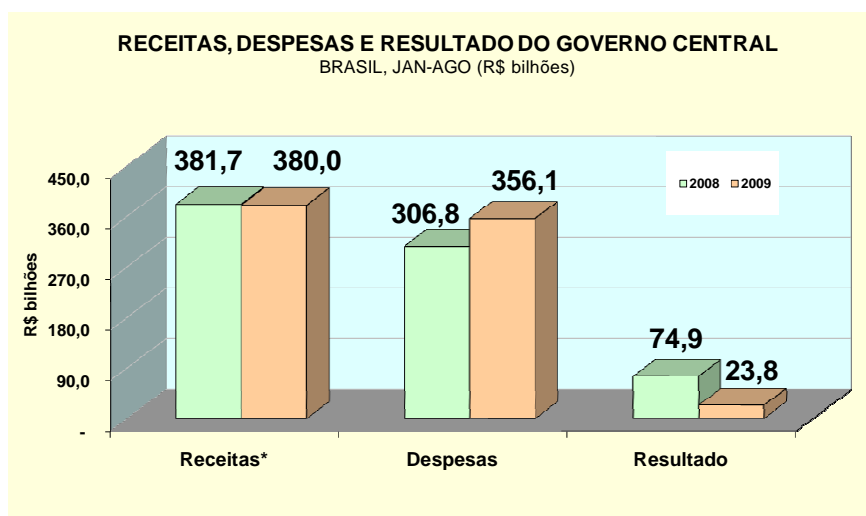
Do lado dos dispêndios, verificou-se diminuição de R\$ 6,2 bilhões (18,5%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a julho, explicada: i) pelo decréscimo de R\$ 3,2 bilhões (17,2%) dos dispêndios de custeio e capital, principalmente nas despesas no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (R\$ 2,1 bilhões); e ii) pela redução de R\$ 3,0 bilhões (20,5%) dos gastos com pessoal e encargos sociais, decorrente do adiantamento de parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal no mês anterior, sem correspondência em agosto.

O déficit da Previdência Social aumentou 67,8% (R\$ 2,1 bilhões) relativamente a julho, passando de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 5,2 bilhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 1,6 bilhão no mês, contra resultado superavitário de R\$ 13,0 milhões em julho, enquanto que a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,6 bilhões em agosto, superior em R\$ 451,9 milhões ao déficit de R\$ 3,1 bilhões apurado em julho.

No acumulado de janeiro a agosto, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 23,8 bilhões, contra R\$ 74,9 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 0,4% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 16,1%.

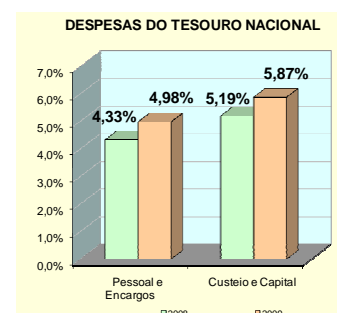
No acumulado de janeiro a agosto, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 23,8 bilhões, equivalente a 1,2% do PIB.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	5,24%	2,73%
Previdência Social	-1,29%	-1,50%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
Governo Central	3,94%	1,21%



A evolução das receitas do Tesouro Nacional no acumulado do ano decorreu, em grande medida, da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis e das desonerações ocorridas no período.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 3,9% (R\$ 14,6 bilhões) relativamente ao período de janeiro a agosto de 2008, explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) alterações na legislação tributária, especialmente em relação ao IPI; ii) redução de 12,8% na produção industrial no período de janeiro a julho de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008, com impacto sobre a arrecadação do IPI; iii) compensação, no ano corrente, de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; e iv) queda na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas.



As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 18,2% em termos nominais entre janeiro e agosto de 2009, frente ao mesmo período de 2008. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,7 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 11,8 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde, superior em R\$ 6,7 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 2,6 bilhões. Cumpre salientar o incremento de R\$ 1,4 bilhão (8,6%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.

O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal, da dinâmica das despesas discricionárias e do incremento dos gastos com investimentos.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 21,2% (R\$ 5,2 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 24,4 bilhões para R\$ 29,6 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 10,7 bilhões (10,7%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 15,9 bilhões (12,8%) em decorrência do aumento de 10,8% no valor médio de benefícios pagos, consequência do reajuste

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-AGO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	99.926,2	110.652,5	10,7%
Urbano	96.671,1	107.662,4	11,4%
Rural	3.255,0	2.990,1	-8,1%
Benefícios	124.320,0	140.213,7	12,8%
Urbano	99.469,2	112.217,0	12,8%
Rural	24.850,7	27.996,7	12,7%
Res. Primário	-24.393,8	-29.561,2	21,2%
Urbano	-2.798,1	-4.554,6	62,8%
Rural	-21.595,7	-25.006,6	15,8%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional diminuiu 2,2% relativamente ao mês anterior, refletindo o efeito da arrecadação trimestral do IRPJ e da CSLL registrada em julho e a arrecadação de dividendos em agosto.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	jul/09	ago/09
Impostos	21.822,7	17.257,9
Imposto de Renda	16.492,3	11.942,3
IPI	2.449,6	2.441,5
Outros	2.880,8	2.874,1
Contribuições	18.499,4	16.683,2
Cofins	9.831,3	9.832,2
CPMF	10,7	32,6
CSLL	4.355,8	2.573,6
Cide - Combustíveis	529,9	603,4
Outras	3.771,7	3.641,5
Demais	7.948,6	13.257,9
Cota parte	2.884,4	938,3
Diretamente Arrecadada	2.029,5	1.630,0
Dividendos da União	1.719,6	7.814,3
Concessões	111,6	7,3
Outras	1.203,4	2.868,0
Total Bruto	42.292,6	42.707,7

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 863,4 milhões no pagamento de precatórios judiciais relativos a benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 4,6 bilhões, que corresponde a 15,4% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 25,0 bilhões (84,6% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 47,2 bilhões em agosto contra R\$ 48,3 bilhões verificados em julho de 2009 (redução de 2,2%). Este comportamento é explicado pela diminuição de R\$ 4,6 bilhões na arrecadação de impostos e de R\$ 1,8 bilhão na de contribuições, atenuadas pelo aumento de R\$ 5,3 bilhões nas demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 17,3 bilhões e as de contribuições R\$ 16,7 bilhões em agosto, apresentando, respectivamente, decréscimos de R\$ 4,6 bilhões (20,9%) e de R\$ 1,8 bilhão (9,8%) em relação aos valores apurados em julho. Essa evolução reflete, em especial, a queda de R\$ 3,8 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 1,8 bilhão na da CSLL, em função do pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, sem correspondência em agosto.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 13,3 bilhões no mês contra R\$ 7,9 bilhões registrados em julho de 2009, apresentando crescimento de R\$ 5,3 bilhões (66,8%). As principais variações nesse grupo foram: i) o aumento de R\$ 6,1 bilhões na arrecadação de dividendos; ii) a elevação de R\$ 1,7 bilhão na arrecadação de outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos recursos da rede bancária para a Conta Única do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 1,7 bilhão, em conformidade com a Medida Provisória nº 468, de 31 de agosto de 2009; e iii) a diminuição de R\$ 1,9 bilhão na arrecadação da cota-parte de compensações devido ao pagamento trimestral de *royalties* relativos à extração de petróleo no mês de julho.

De janeiro a agosto de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 357,5 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 14,6 bilhões (3,9%) ao ser comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,2%, contra 19,6% no período de janeiro a agosto de 2008.

A diminuição na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) decréscimo de R\$ 6,6 bilhões (26,1%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, em função da alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nº 11.727/2008 e nº 11.827/2008; ii) IPI - Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a dezembro de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12 de dezembro de 2008, conforme Decretos nº 6.687/2008, nº 6.809/2009 e nº 6.890/2009; iii) IPI – Vinculado à importação, decorrente da redução de 31,3% no valor em dólar das importações, da elevação de 26,4% na taxa média de câmbio e da elevação de 4,7% da alíquota média efetiva do tributo; e iv) IPI – Outros, devido à queda de 12,8% na produção industrial no acumulado de janeiro a julho de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes dos Decretos nº 6.696, nº 6.809, nº 6.823, nº 6.825, nº 6.826 e nº 6.890, todos de 2009;
- b) decréscimo de R\$ 6,3 bilhões (8,0%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 871,4 milhões (4,3%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 3,9 bilhões, nos meses de janeiro a agosto de 2009; e ii) as desonerações promovidas por meio das Leis nº 11.774 e nº 11.787, ambas de 2008, nº 11.945/2009 e pela Medida Provisória nº 460/2009.
- c) queda de R\$ 5,4 bilhões (9,0%) na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas, no acumulado do ano, e de depósitos judiciais;
- d) decréscimo de R\$ 2,0 bilhões (46,6%) na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;
- e) decréscimo de R\$ 1,4 bilhão (10,5%) na arrecadação do IOF decorrente da alteração das alíquotas em conformidade com as desonerações reguladas pelos Decretos nº 6.391, nº 6.453, nº 6.566, nº 6.613, nº 6.655 e nº 6.691, todos de 2008;
- f) elevação de R\$ 3,0 bilhões (5,3%) no IRRF, principalmente devido: i) ao crescimento de R\$ 1,3 bilhão (4,1%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial e da alteração da tabela de incidência do tributo em conformidade com a Lei nº 11.945/2009; e ii) ao aumento de R\$ 1,3 bilhão (24,5%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação de 26,4% da taxa média de câmbio em relação ao mesmo período do ano anterior.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 6,3 bilhões (11,6%) em relação ao período de janeiro a agosto de 2008, decorrente: i) do incremento de R\$ 8,4 bilhões das receitas de dividendos;

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	175.686,0	164.862,6
Imposto de Renda	126.800,1	123.947,9
IPI	25.284,6	18.695,0
Outros	23.601,4	22.219,6
Contribuições	142.618,4	132.616,8
Cofins	78.431,5	72.150,4
CPMF	1.104,0	139,3
CSSL	30.437,0	29.380,9
Cide - Combustíveis	4.358,1	2.328,7
Outras	28.287,7	28.617,4
Demais	53.736,6	59.994,6
Cota parte	16.843,4	12.004,0
Diretamente Arrecadada	14.938,2	16.715,1
Dividendos da União	9.813,8	18.235,9
Concessões	4.409,0	1.648,7
Outras	7.732,2	11.390,9
Total Bruto	372.041,0	357.473,9

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	9,26%	8,38%
Imposto de Renda	6,68%	6,30%
IPI	1,33%	0,95%
Outros	1,24%	1,13%
Contribuições	7,51%	6,74%
Cofins	4,13%	3,67%
CPMF	0,06%	0,01%
CSSL	1,60%	1,49%
Cide - Combustíveis	0,23%	0,12%
Outras	1,49%	1,46%
Demais	2,83%	3,05%
Cota parte	0,89%	0,61%
Diretamente Arrecadada	0,79%	0,85%
Dividendos da União	0,52%	0,93%
Concessões	0,23%	0,08%
Outras	0,41%	0,58%
Total Bruto	19,60%	18,18%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na incidência de tributos e contribuições.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Demais	53.736,6	59.994,6
Cota parte	16.843,4	12.004,0
Plano do Servidor (CPSS)	4.745,4	5.606,4
Diretamente Arrecadada	14.938,2	16.715,1
Dividendos da União	9.813,8	18.235,9
Concessões	4.409,0	1.648,7
Outras	2.986,8	5.784,4

ii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 1,8 bilhão, sobretudo em função da arrecadação da contribuição sobre a receita de concessão e permissão de energia elétrica em 2009, sem correspondência em 2008; iii) do acréscimo de R\$ 2,8 bilhões em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos depósitos da rede bancária para a conta Única do Tesouro Nacional, nos valores de R\$ 577,6 milhões em maio e de R\$ 1,7 bilhão em agosto de 2009; iv) da queda de R\$ 2,8 bilhões (62,6%) no volume arrecadado proveniente de concessões, em decorrência da arrecadação, em março de 2008, de R\$ 1,9 bilhão relativo à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural e, em maio de 2008, de R\$ 1,7 bilhão decorrente da exploração de serviços de telefonia móvel (3G); e v) do decréscimo de R\$ 4,8 bilhões (28,7%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/09	AGO/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.232,7	7.233,6
CIDE-Combustíveis	254,0	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.147,0	2.696,9
Total	7.796,1	10.093,0

¹ Inclui auxílio financeiro

Em agosto, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,1 bilhões, contra R\$ 7,8 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 29,5%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 7,2 bilhões, com aumento de R\$ 1,0 bilhão (16,1%) frente a julho, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de julho, com impacto em agosto. As demais transferências aumentaram R\$ 1,6 bilhão (135,1%), especialmente em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Jul	Ago
Terceiro Decêndio	7.526,7	10.397,5
Primeiro Decêndio	1.702,9	1.407,3
Segundo Decêndio	4.475,8	4.139,3
Total	13.705,5	15.944,0

Na comparação entre o acumulado de janeiro a agosto de 2009 frente ao mesmo período de 2008, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, redução de R\$ 2,0 bilhões (2,4%), atingindo a marca de R\$ 82,6 bilhões. Tal desempenho é explicado: i) pela redução de R\$ 3,8 bilhões (5,7%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008; ii) pela queda de R\$ 2,6 bilhões (25,8%) nas transferências relativas aos *royalties* e participações especiais da Lei nº 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo; iii) pela diminuição de R\$ 746,7 milhões nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, às alterações promovidas por meio do Decreto nº 6.446/2008 e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão iv) pelo aumento de R\$ 1,9 bilhão de transferência a título de auxílio financeiro sob amparo da Medida Provisória nº 464/2009 (compensação da Lei Complementar nº 87/1996 – Lei Kandir); v) pelo aumento de R\$ 1,7 bilhão das transferências relativas ao Fundeb decorrente do fluxo financeiro desse repasse estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/09; e vi) pelo incremento de R\$ 988,7 milhões em outras transferências, em virtude do pagamento de

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	66.261,3	62.500,4
CIDE - Combustíveis	1.302,7	556,0
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	1.316,1	3.250,0
Demais	15.705,3	16.247,0
Total	84.585,4	82.553,4

¹ Inclui auxílio financeiro

R\$ 962,6 milhões relativo a apoio financeiro aos Municípios, sem correspondência em 2008 (MP nº 462/2009).

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 27,2 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 6,2 bilhões (18,5%) relativamente a julho. Contribuíram para este resultado a diminuição de R\$ 3,2 bilhões (17,2%) registrada nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 3,0 bilhões (20,5%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais diminuíram principalmente devido ao adiantamento, em julho, de parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo.

A redução observada nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, à diminuição das seguintes rubricas: i) despesas no Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, R\$ 2,1 bilhões (43,2%); ii) Subsídios e Subvenções Econômicas, R\$ 118,1 milhões (16,9%); e iii) Outras Despesas de Custeio e Capital, R\$ 1,0 bilhão (8,6%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se pagamento no montante de R\$ 3,2 bilhões em benefícios de abono salarial PIS/Pasep, concentrados em julho, contra R\$ 1,1 bilhão em agosto, conforme previsto no calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009. Por sua vez, os gastos com seguro-desemprego totalizaram R\$ 1,7 bilhão em agosto, mantendo o mesmo desempenho do mês anterior.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o decréscimo decorreu, principalmente, do retorno líquido do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf no valor de R\$ 472,0 milhões. Por outro lado, registraram aumento em relação ao mês anterior nas despesas com o programa Aquisição do Governo Federal – AGF (no valor de R\$ 172,7 milhões) e com subvenções aos Fundos Regionais (R\$ 326,4 milhões).

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, houve queda de R\$ 1,0 bilhão (8,6%) relativamente a julho, concentrada principalmente nas despesas discricionárias, com redução de R\$ 723,4 milhões (7,5%), destacando-se os Ministérios da Defesa (R\$ 231,6 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 110,8 milhões). Por outro lado, a execução dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE) foi de R\$ 159,7 milhões, superior ao observado no mês anterior em R\$ 62,0 milhões (63,4%).

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/09	AGO/09
Pessoal e Encargos	14.375,4	11.422,6
Custeio e Capital	18.929,1	15.680,8
Despesas do FAT	4.926,0	2.798,2
Subsídios e Subvenções ¹	697,6	579,5
LOAS/RMV	1.593,2	1.601,7
Outras	11.712,2	10.701,4
Transferência ao Bacen	89,6	106,3

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	Jul/09	ago/09
Agricultura	422,5	-58,7
Custeio Agropecuário	1,5	1,2
Investimento Rural	0,7	0,5
Preços Agrícolas	294,5	355,3
- EGF	0,1	0,1
- AGF	152,2	324,9
- Sustent. de preços	142,3	30,3
Pronaf	28,5	-472,0
Pesa	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	95,7	55,7
FUNCAFÉ	1,5	0,7
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	57,8	69,0
Habituação (PSH)	131,1	42,4
FND	-9,8	-14,7
Exportação (Proex)	-63,4	41,2
Total	480,4	10,3

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/09	AGO/09
Sentenças Judiciais	30,8	9,4
Legislativo	80,8	92,2
Judiciário	383,2	341,2
Crédito Extraordinário ¹	238,4	190,3
Projeto Piloto de Investimento ²	1.112,2	965,0
Outras ³	277,3	237,2
Discricionárias	9.589,6	8.866,2
d/q Min. da Saúde	3.919,1	4.140,7
Min. do Des. Social	1.109,3	1.143,0
Min. da Educação	1.148,7	1.159,2
Min. da Defesa	830,6	599,0
Min. da Ciência e Tec.	382,9	272,2
Min. do Des. Agrário	118,4	117,0
Min. da Justiça	220,6	177,1
Min. da Previdência	125,5	133,8
Min. das Cidades	295,1	210,3
Demais	1.439,5	913,8
Total	11.712,2	10.701,4

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPEASAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	9,54%	10,89%
Pessoal e Encargos	4,33%	4,98%
Custeio e Capital	5,19%	5,87%
Despesas do FAT	0,71%	0,93%
Subsídios e Subvenções ¹	0,13%	0,06%
LOAS/RMV	0,55%	0,63%
Outras	3,79%	4,25%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Até o segundo quadrimestre de 2009, as despesas do FAT cresceram R\$ 4,8 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representou 0,22 p.p. do PIB do período.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,9% do PIB, contra 9,5% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 33,0 bilhões (18,2%) em relação a 2008, destacando-se os incrementos de R\$ 15,8 bilhões (19,2%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e de R\$ 17,0 bilhões (17,3%) nas Despesas de Custeio e Capital.

Os dispêndios com a folha salarial registram aumento de 0,65 p.p. em relação ao PIB no período, passando de 4,33% em 2008 para 4,98% em 2009. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 1,4 bilhão (9,3%); no Poder Executivo, houve acréscimo de R\$ 12,0 bilhões (18,7%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios de pessoal apresentaram aumento de R\$ 2,4 bilhões (78,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,19% para 5,87% do PIB (acréscimo de 0,69 p.p.), impulsionados pelo incremento de 0,46 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital, com acréscimo de 0,22 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro-desemprego e gastos operacionais do FAT e 0,08 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV, não obstante a queda de 0,07 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R\$ 18,4 bilhões nos oito primeiros meses de 2009, contra R\$ 13,5 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo mas também do número de beneficiários identificados.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2008	2009
Agricultura	1.887,0	2.499,6
Custeio Agropecuário	219,6	188,6
Investimento Rural	27,9	-101,4
Preços Agrícolas	493,7	1.795,6
- EGF	4,1	11,2
- AGF	-267,0	1.114,7
- Sustent. de preços	756,5	669,7
Pronaf	520,2	-74,2
Pesa	252,9	143,0
Cacau	0,0	0,7
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	356,6	470,5
FUNCAFÉ	16,0	44,0
Revitaliza	0,0	32,8
Outros	-1.119,4	-3.995,9
Habituação (PSH)	282,0	178,7
FND	-1.433,2	-4.238,6
Exportação (Proex)	31,7	64,0
Total	767,6	-1.496,3

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com
² Dados revisados

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2009						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-ago/01	1.268.596	-	433.147	-	835.449	-
média jan-ago/02	1.415.860	12%	511.724	18%	904.136	8%
média jan-ago/03	1.609.090	14%	615.004	20%	994.086	10%
média jan-ago/04	1.836.724	14%	776.790	26%	1.059.934	7%
média jan-ago/05	2.138.481	16%	981.309	26%	1.157.172	9%
média jan-ago/06	2.356.821	10%	1.112.434	13%	1.244.388	8%
média jan-ago/07	2.538.216	8%	1.219.547	10%	1.318.670	6%
média jan-ago/08	2.766.385	9%	1.337.405	10%	1.428.979	8%
média jan-ago/09	3.015.609	9%	1.467.925	10%	1.547.684	8%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,9 bilhão (18,1%) em relação ao acumulado até agosto de 2008. Essa variação é explicada pelos reajustes de 9,21% e 12,05% do salário mínimo nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período de janeiro a agosto de 2009 relativamente a 2008 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,5 milhão aos portadores de necessidades especiais.

Até o segundo quadrimestre de 2009, as despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 1,2 bilhão contra R\$ 2,5 bilhões em 2008. A redução concentrou-se nos retornos líquidos no âmbito do FND, que passaram de R\$ 1,4 bilhão em 2008 para R\$ 4,2 bilhões em 2009. No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda nas despesas relativas aos seguintes Programas: i) Investimento Rural, R\$ 129,4 milhões; ii) Sustentação de Preços, R\$ 86,9 milhões; e iii) Custeio Agropecuário, R\$ 31,0 milhões. Por outro lado, foi registrado aumento no Programa Aquisição do Governo Federal de R\$ 1,4 bilhão.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 11,6 bilhões no período (16,1%) em relação ao exercício anterior. Destaque para os gastos com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO-2009), que totalizaram R\$ 5,9 bilhões em 2009 contra R\$ 4,2 bilhões (40,9%) no ano anterior. Os gastos discricionários cresceram R\$ 11,8 bilhões (20,6%). Por esse total responderam principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 6,7 bilhões), da Defesa (R\$ 1,3 bilhão), da Educação (R\$ 1,1 bilhão) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 913,9 milhões). Por outro lado, registrou-se redução das despesas discricionárias no Ministério dos Transportes (R\$ 40,7 milhões).

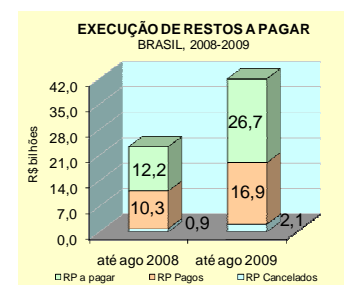
O montante pago de restos a pagar (RP) até agosto de 2009, segundo o conceito do Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 16,9 bilhões, equivalente a 38,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 45,8% no mesmo período do ano anterior. Dos RP pagos em 2009, R\$ 9,5 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 29,9% do total de restos a pagar de investimento do ano, concentrados principalmente nos Ministérios dos Transportes (R\$ 2,7 bilhões), das Cidades (R\$ 1,2 bilhão), da Educação (R\$ 1,1 bilhão), da Saúde (R\$ 866,2 milhões) e da Integração Nacional (R\$ 737,3 milhões).

Em agosto, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 5,2 bilhões, superior em R\$ 2,1 bilhões ao registrado em julho (elevação de 67,8%). Isso se deve essencialmente ao pagamento antecipado de metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal a parte dos segurados e dependentes da

Até agosto de 2009, os gastos com o Projeto Piloto de Investimento do governo federal apresentaram incremento de R\$ 1,7 bilhão (40,9%).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.439,9	1.678,4
Legislativo	702,0	708,1
Judiciário	2.785,5	2.877,4
Crédito Extraordinário ¹	4.735,8	2.183,0
Projeto Piloto de Investimento ²	4.219,7	5.943,9
Outras ³	690,6	910,8
Discricionárias	57.390,7	69.216,3
d/q Min. da Saúde	25.113,9	31.809,6
Min. do Des. Social	8.112,8	9.026,7
Min. da Educação	6.279,1	7.417,0
Min. da Defesa	3.558,7	4.875,2
Min. da Ciência e Tec.	1.920,0	2.177,7
Min. do Des. Agrário	1.136,2	1.243,0
Min. da Previdência	745,4	972,4
Min. da Justiça	982,9	1.526,3
Min. dos Transportes	971,8	931,2
Demais	8.569,8	9.237,1
Total	71.964,4	83.518,0

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PPI passível de redução a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).
³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



Previdência Social

Previdência Social, nos termos do Decreto nº 6.927, de 6 de agosto de 2009. No acumulado do ano, observou-se um crescimento do déficit no montante de R\$ 5,2 bilhões (21,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em agosto de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 5,2 bilhões. No acumulado de janeiro a agosto, o déficit atingiu R\$ 29,6 bilhões, equivalentes a 1,50% do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-AGO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	99.926,2	110.652,5	10,7%
Urbano	96.671,1	107.662,4	11,4%
Rural	3.255,0	2.990,1	-8,1%
Benefícios	124.320,0	140.213,7	12,8%
Urbano	99.469,2	112.217,0	12,8%
Rural	24.850,7	27.996,7	12,7%
Res. Primário	-24.393,8	-29.561,2	21,2%
Urbano	-2.798,1	-4.554,6	62,8%
Rural	-21.595,7	-25.006,6	15,8%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-AGO			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,3	23,0	3,3%
Valor médio RGPS**	631,7	699,8	10,8%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUL 2009	AGO 2009	JAN-AGO 2008	JAN-AGO 2009
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	14.287,4	14.400,2	99.926,2	110.652,5
Arrecadação Bruta	15.833,2	15.895,8	111.449,8	123.507,7
- Contribuição Previdenciária	14.593,6	14.607,7	103.215,8	113.356,5
- Simples	1.081,2	1.126,5	6.746,6	8.030,9
- CFT	67,2	60,6	451,8	481,6
- Depósitos Judiciais	90,3	79,5	836,6	1.482,4
- Refis	0,9	21,4	199,1	156,4
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-66,3	-47,7	-224,7	-356,3
(-) Transferências a Terceiros	-1.479,6	-1.447,9	-11.298,9	-12.498,9
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	17.380,8	19.591,7	124.320,0	140.213,7
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.093,5	-5.191,5	-24.393,8	-29.561,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,29%	-1,50%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,4 bilhões em agosto, apresentando um aumento de R\$ 112,8 milhões (0,8%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. No acumulado do ano, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 10,7 bilhões (10,7%) relativamente a igual período do ano anterior. O principal fator que explica este crescimento foi o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e julho de 2009 foi 14,2% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

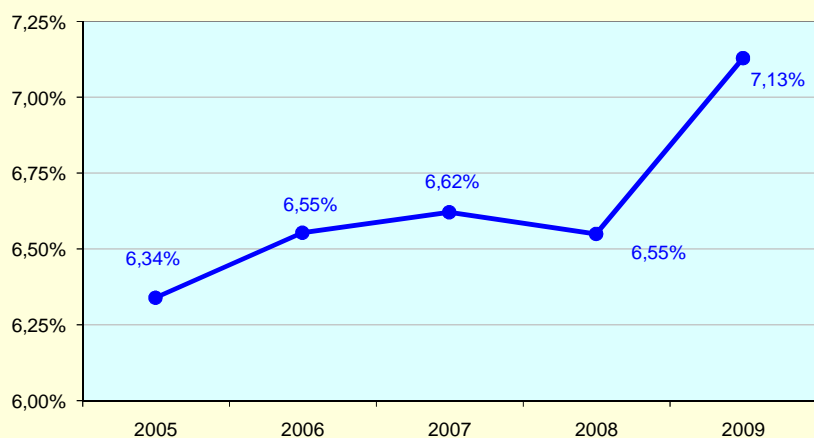
As despesas com benefícios este mês alcançaram o montante de R\$ 19,6 bilhões, apresentando um incremento de R\$ 2,2 bilhões (12,7%) com relação ao mês anterior. Esta elevação decorre principalmente do pagamento antecipado de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 6.927, de 6 de agosto de 2009, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º da Lei nº 8.213/1991. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo, bem como a totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo, receberiam no mês seguinte (setembro) essa parcela antecipada do abono anual. No acumulado de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se de R\$ 15,9

bilhões (12,8%) em relação ao período correspondente em 2008. Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 68,06 (10,8%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 740,0 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) aumento de R\$ 863,4 milhões (20,5%) no pagamento de precatórios.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a agosto de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,34% do PIB; em 2009, correspondem a 7,13%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios apresentou um acréscimo de 0,2 ponto percentual do PIB por ano.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)

Brasil, 2005-2009 (% do PIB) - janeiro a agosto



No estoque de benefícios dos primeiros oito meses de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 607,3 mil aposentadorias (4,3%) e de 184,0 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 69,5 mil benefícios de auxílio-doença (5,2%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,26%	5,63%
Urbano	5,09%	5,47%
Rural	0,17%	0,15%
Benefícios	6,55%	7,13%
Urbano	5,24%	5,71%
Rural	1,31%	1,42%
Res. Primário	-1,29%	-1,50%
Urbano	-0,15%	-0,23%
Rural	-1,14%	-1,27%

	Em mil benefícios			
	JUL 2009	AGO 2009	JAN-AGO 2008 2009	
Benefícios do RGPS	23.213	23.242	22.297	23.037
Previdenciários	22.407	22.440	21.520	22.234
Aposentadorias	14.801	14.847	14.078	14.680
Idade	7.695	7.722	7.283	7.627
Invalidez	2.869	2.875	2.790	2.860
Tempo de contribuição	4.237	4.250	4.005	4.194
Pensão por morte	6.368	6.383	6.153	6.338
Auxílio-Doença	1.119	1.094	1.199	1.106
Salário - maternidade	69	65	49	63
Outros	49	50	42	48
Acidentários	807	802	778	803
Aposentadorias	157	157	151	156
Pensão por morte	127	127	129	128
Auxílio - doença	172	168	146	169
Auxílio - acidente	274	274	271	273
Auxílio - suplementar	76	76	82	77

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,36 p.p. em relação aos primeiros oito meses de 2008. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários cresceram 0,58 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,50% do PIB, 0,22 p.p. maior que o mesmo nível registrado no mesmo período do ano anterior.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 709,1 bilhões em agosto, o que corresponde a 24,2% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 5,5 bilhões em termos nominais, o equivalente a 0,1 ponto percentual do PIB. Contribuíram para esse resultado o crescimento de R\$ 55,4 bilhões no estoque da dívida interna e de R\$ 1,8 bilhão no estoque da dívida externa líquida, compensados em grande parte pelo aumento de R\$ 51,6 bilhões nos haveres internos.

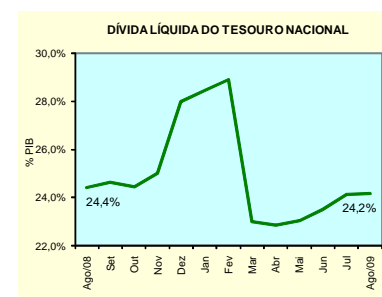
Em agosto, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 709,1 bilhões ou 24,2% do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	625.854	596.683	600.454
I.1. Dívida Interna	1.630.174	1.841.322	1.896.688
I.2. Haveres Internos	1.004.321	1.244.638	1.296.235
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	96.054	106.912	108.683
II.1. Dívida Externa	96.321	107.201	108.968
II.2. Haveres Externos	267	289	285
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	721.907	703.595	709.136
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	24,4%	24,1%	24,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



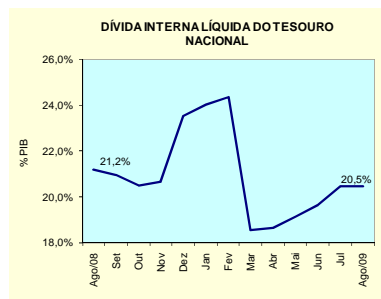
Em comparação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB reduziu-se em 0,2 ponto percentual, passando de 24,4% em agosto de 2008 para 24,2% em agosto de 2009. Em termos nominais, houve redução de R\$ 12,8 bilhões no mesmo período, consequência da expansão de R\$ 291,9 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional que mais do que compensou o aumento de R\$ 279,2 bilhões no saldo total da dívida, no mesmo período.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de agosto com um saldo de R\$ 600,5 bilhões, perfazendo em percentual do PIB o equivalente a 20,5%. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 3,8 bilhões em termos nominais, permanecendo estável em termos percentuais do PIB. Houve aumento de R\$ 55,4 bilhões no estoque da dívida interna e de R\$ 51,6 bilhões no saldo dos haveres internos.

Dívida Interna Líquida

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 0,7 p.p., passando de 21,2% em agosto de 2008 para 20,5% em agosto de 2009. Em termos nominais observou-se uma diminuição de R\$ 25,4 bilhões, decorrente do efeito conjugado do aumento

de R\$ 291,9 bilhões nos haveres e do crescimento de R\$ 266,5 bilhões no estoque da dívida interna.



Título	R\$ bilhões		
	2008 AGO	2009 JUL	2009 AGO
Em Poder do Público	1.223	1.350	1.401
LFT	451	538	545
LTN	232	217	237
NTN-B	286	307	320
NTN-C	57	57	57
NTN-F	152	189	201
Demais ¹	45	42	40
Aplic. em Tit. Púb.	-18	-21	-20
Na carteira do BCB	402	491	494
Total	1.608	1.820	1.875
% PIB	54,40%	62,45%	63,95%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em agosto, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 600,5 bilhões, equivalentes a 20,5% do PIB.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 AGO	2009 JUL	2009 AGO
I. DÍVIDA INTERNA	1.630.174	1.841.322	1.896.688
I.1. Dívida Mobiliária	1.607.611	1.819.744	1.875.248
DPMFi em Poder do Público ¹	1.223.195	1.349.886	1.400.982
DPMFi em Poder do Banco Central	402.357	490.801	494.092
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(17.941)	(20.943)	(19.826)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.564	21.578	21.440
II. HAVERES INTERNOS	1.004.321	1.244.638	1.296.235
II.1. Disponibilidades Internas	237.701	380.316	395.878
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	444.231	440.797	438.349
II.3. Haveres da Administração Indireta	199.495	211.407	213.729
II.4. Haveres Administrados pela STN	122.893	212.119	248.279
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	625.854	596.683	600.454
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,2%	20,5%	20,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi – descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais) elevou-se em R\$ 55,5 bilhões (1,5 p.p. em relação ao PIB), comparativamente ao mês de julho. Em comparação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 267,6 bilhões em termos nominais e de 9,5 p.p. em proporção do PIB, passando de 54,4% para 63,9% do PIB. O crescimento da DPMFi verificado no mês está associado à apropriação de juros no valor de R\$ 15,2 bilhões e à emissão líquida de R\$ 39,1 bilhões, reflexo da emissão de R\$ 36 bilhões ao BNDES decorrente da terceira parcela da concessão de crédito ao banco ao amparo da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R\$ 51,1 bilhões, explicado pela emissão líquida de R\$ 40,2 bilhões mais a apropriação de juros de R\$ 10,9 bilhões. Na carteira do Banco Central, a variação foi de R\$ 3,3 bilhões, resultado do resgate de R\$ 1,1 bilhão e da apropriação de juros de R\$ 4,3 bilhões. Não houve emissões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, a principal variação comparada ao mês anterior ocorreu no estoque de LTN, cujo incremento alcançou R\$ 19,8 bilhões, explicado pelas emissões no valor de R\$ 29,7 bilhões mais a apropriação de juros de R\$ 2,1 bilhões, contra um resgate de R\$ 12,0 bilhão.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, AGO2009

R\$ bilhões

Título	Saldo Jul/09	Fatores de Variação ¹			Saldo Ago/09
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	
Em poder do público	1.349,9	65,0	-24,8	10,9	1.401,0
LFT	537,9	5,2	-1,5	3,7	545,3
LTN	217,2	29,7	-12,0	2,1	237,1
NTN-B	307,0	18,5	-7,7	2,5	320,4
NTN-C	56,9	0,0	0,0	0,2	57,2
NTN-F	188,6	11,4	-1,0	2,0	201,0
Demais ⁴	42,2	0,1	-2,6	0,3	40,1
Na carteira do BCB	490,8	0,0	-1,06	4,35	494,1
Total	1.840,7	65,0	-25,8	15,2	1.895,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 51,6 bilhões em relação ao mês anterior, o que equivale a 1,5 p.p. do PIB. Houve aumento de R\$ 15,6 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 2,3 bilhões nos haveres da administração indireta e de R\$ 36,2 bilhões nos haveres administrados pela STN contra redução de R\$ 2,4 bilhões nos haveres junto aos governos regionais.

Relativamente aos haveres administrados pela STN, o aumento de R\$ 36,2 bilhões decorreu do crescimento daqueles de legislação específica, como resultado da concessão de crédito ao BNDES, por meio da emissão de títulos públicos, conforme Lei nº 11.948/2009. Quanto aos haveres da administração indireta, houve aumento de R\$ 1,0 bilhão nos haveres do FAT, de R\$ 274,2 milhões nos haveres dos Fundos Regionais e de R\$ 1,0 bilhão nos haveres de fundos diversos.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, houve, comparativamente ao mês anterior, diminuição nos saldos das dívidas de estados e municípios (exceto Bônus Renegociados) em função das amortizações ocorridas no período, compensadas em parte pela incidência dos juros contratuais, e do efeito negativo da atualização monetária, medida pelo IGP-DI, que no mês de julho registrou deflação de 0,64%. Pelos termos contratuais, a correção monetária é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de referência da apuração do saldo. No caso dos Bônus Renegociados, houve um pequeno aumento decorrente da variação cambial do período.

Em agosto, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 108,7 bilhões, contra R\$ 106,9 bilhões em julho. Houve elevação de R\$ 1,8

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS
BRASIL, 2008/2009

R\$ bilhões

Discriminação	2008		2009
	AGO	JUL	AGO
Lei 9.496/97	315,0	316,8	314,9
MP 2.185/01	49,4	50,1	49,9
Lei 8.727/93	42,3	39,2	39,0
Antecipação de Royalties	13,1	11,3	11,2
Bônus Renegociados	6,6	6,8	6,9
Lei 7.976/89	1,2	0,4	0,4
Demais Haveres	16,7	16,1	16,1
Total	444,2	440,8	438,3
% PIB	15,03%	15,13%	14,95%

Dívida Externa
Líquida

bilhão em termos nominais, permanecendo estável em termos percentuais do PIB.

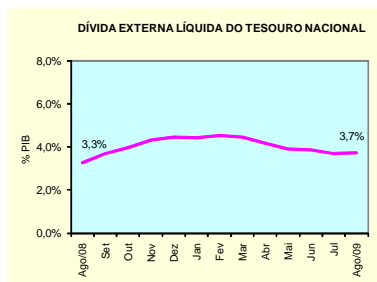


TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA EXTERNA	96.321	107.201	108.968
I.1. Dívida Mobiliária	74.023	83.039	84.542
Euro	9.812	10.122	10.308
Global US\$	53.556	62.382	63.720
Global BRL	10.367	10.268	10.242
Demais	287	268	271
I.2. Dívida Contratual	22.298	24.162	24.426
Organismos Internacionais	18.720	20.488	20.646
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.578	3.674	3.781
II. HAVERES EXTERNOS	267	289	285
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	267	289	285
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	96.054	106.912	108.683
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,3%	3,7%	3,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Esse aumento decorreu da desvalorização do Real frente às demais moedas que compõem a Dívida Externa, cuja magnitude alcançou no mês R\$ 765,0 milhões, e também de emissão líquida de R\$ 254,0 milhões no período, contra a apropriação de juros no valor de R\$ 748,0 milhões. Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 77,6% (R\$ 84,5 bilhões); e a dívida contratual representa 22,4% (R\$ 24,4 bilhões).

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, AGO/2009

Discriminação	Saldo Jul/09	Fatores de Variação ¹				Saldo Ago/09
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	83.039	970	(636)	698	470	84.542
Global US\$	62.382	970	(636)	522	358	63.596
Euro	10.122	-	-	76	110	10.308
Global BRL	10.268	-	-	99	-	10.367
Demais	268	-	-	1	2	271
Dívida Contratual	24.162	20	100	50	295	24.426
Org. Internacionais	20.488	10	(68)	34	183	20.646
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.674	10	(32)	16	113	3.781
Total	107.201	990	(736)	748	765	108.968

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 12,6 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 96,1 bilhões em agosto de 2008 para R\$ 108,7 bilhões em agosto de 2009. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,5 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Agosto 2009/2008

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – Título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Ago/2008	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2009
I. RECEITA TOTAL	58.451,2	60.007,8	65.797,4	55.276,4	69.332,8	62.845,6	48.346,9	55.909,2	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.839,0
I.1. Receitas do Tesouro	45.128,6	46.374,5	52.058,3	41.499,5	46.154,0	50.692,4	35.005,8	41.542,0	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.238,5
I.1.1. Receita Bruta	46.932,1	47.819,1	53.871,3	43.746,2	47.255,0	50.868,5	35.366,2	41.933,1	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,7	47.199,1
- Impostos	20.755,1	21.690,6	25.660,8	21.126,9	25.110,1	26.486,0	16.411,2	21.071,7	22.855,0	17.502,1	21.455,9	21.282,7	17.257,9
- Contribuições	17.630,0	18.237,2	20.324,5	17.659,0	16.588,0	18.378,6	13.930,3	16.204,3	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2
- Demais ¹	8.547,0	7.891,2	7.886,0	4.960,3	5.556,8	6.003,9	5.024,7	4.657,1	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,6	13.257,9
I.1.2. (-) Restituições	-1.803,5	-1.444,6	-1.813,0	-2.246,7	-1.099,9	-176,1	-360,4	-391,0	-187,9	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,1	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	13.193,2	13.430,0	13.475,7	13.559,2	22.964,2	12.031,8	13.169,2	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	12.753,7	13.022,0	13.070,7	13.155,3	22.463,6	11.733,2	12.867,7	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	439,5	408,0	405,0	403,9	500,6	298,6	301,5	340,9	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9
I.3. Receitas do Banco Central	129,4	203,3	263,4	217,7	214,6	121,4	171,9	157,6	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.080,6	9.530,0	10.182,9	14.261,4	14.515,9	10.457,2	10.934,3	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	8.617,3	7.625,4	7.281,2	9.120,7	11.592,0	8.888,8	8.279,2	6.611,7	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,7	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	276,2	0,0	0,0	273,9	0,0	0,0	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0
II.4. Demais	3.300,8	1.742,0	1.813,0	3.545,4	1.594,2	1.132,0	2.492,6	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	46.370,6	50.477,8	55.614,6	41.015,0	54.816,8	52.388,3	37.412,6	47.734,5	53.538,4	43.501,7	42.116,7	52.527,8	50.746,0
IV. DESPESA TOTAL	40.103,1	44.343,8	40.747,3	45.434,0	60.567,3	48.410,5	38.523,9	41.108,0	43.507,0	43.760,2	42.732,6	51.018,0	47.055,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais⁴	9.524,0	9.949,1	10.422,2	12.456,1	15.859,9	16.495,0	11.181,5	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	17.253,5	20.846,5	15.384,9	17.783,9	21.226,7	18.369,5	15.756,4	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	13.683,5	16.708,8	12.337,8	14.131,0	17.005,2	14.690,8	12.610,4	13.877,0	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.570,1	4.137,7	3.047,1	3.652,9	4.221,5	3.678,8	3.146,0	3.463,3	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3
IV.3. Custeio e Capital	13.088,6	13.130,3	14.517,4	14.819,7	23.061,8	13.346,7	11.333,9	12.259,1	14.879,7	15.460,2	13.631,2	18.929,1	15.680,8
IV.3.1. Despesa do FAT	2.651,4	1.911,4	2.297,3	1.581,0	1.708,8	1.465,5	1.553,8	2.065,6	1.705,4	1.930,2	1.925,4	4.920,0	2.696,9
- Abono e Seguro Desemprego	2.610,2	1.866,8	2.221,1	1.513,1	1.590,0	1.424,3	1.511,6	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1
- Demais Despesas do FAT	41,2	44,7	76,2	67,9	118,8	41,2	42,3	52,7	38,1	47,3	26,9	23,3	30,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	-1.304,3	410,0	836,5	1.064,4	1.178,3	1.077,6	375,7	-1.489,9	716,3	612,9	-1.368,2	697,6	579,5
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-1.647,4	240,6	737,2	687,7	872,8	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	181,5	-1.622,1	599,5	155,0
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	343,2	169,4	99,3	376,7	305,5	324,0	241,1	214,8	283,5	431,4	253,9	98,1	424,5
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.351,8	1.366,8	1.375,4	1.378,4	1.392,1	1.386,5	1.467,8	1.615,5	1.581,2	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.389,6	9.442,0	10.008,1	10.796,0	18.782,6	9.417,2	7.936,6	10.067,8	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4
- Outras Despesas de Custeio	7.355,0	7.094,9	8.223,0	7.874,7	13.467,1	7.923,4	6.726,2	8.372,5	8.515,0	8.815,3	8.727,0	8.722,3	8.450,7
- Outras Despesas de Capital ⁶	3.034,6	2.347,1	1.785,1	2.921,3	5.315,5	1.493,8	1.210,4	1.695,4	2.361,7	2.515,1	2.748,7	2.989,9	2.250,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	68,2	74,6	196,6	106,0	145,9	54,2	107,8	92,0	100,1	88,8	88,5	89,6	106,3
IV.5. Despesas do Banco Central	168,8	343,2	226,3	268,3	273,0	145,0	144,3	271,4	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	14.244,00	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	6.267,6	6.134,1	14.867,3	-4.419,0	-19.994,45	3.977,8	-1.111,3	6.626,5	10.031,4	-258,5	-615,8	1.509,8	3.690,1
VI.1. Tesouro Nacional	10.367,3	13.690,5	16.739,3	-143,7	-21.673,5	10.339,2	-1.448,3	9.870,9	13.193,9	2.504,8	2.792,0	4.667,2	8.935,8
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-4.060,3	-7.416,5	-1.909,2	-4.224,7	1.737,5	-6.337,7	-2.587,2	-3.130,6	-3.099,4	-2.739,7	-3.381,4	-3.093,5	-5.191,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	-929,7	-3.686,8	732,9	-975,7	5.458,4	-2.957,6	257,3	-8,3	-107,5	203,8	-322,2	13,0	-1.633,1
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-3.130,6	-3.729,7	-2.642,1	-3.249,0	-3.720,9	-3.380,1	-2.844,5	-3.122,4	-2.991,9	-2.943,5	-3.059,2	-3.106,5	-3.558,4
VI.3. Banco Central ⁹	-39,4	-139,9	37,2	-50,6	-58,4	-23,6	27,6	-113,8	-63,2	-23,6	-26,3	-63,8	-54,2
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	70,5	100,5	74,9	0,0	0,0	194,6	173,6	215,7	214,4	99,0	155,8	26,6	0,0
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	914,9	-1.061,1	-476,7	1.136,3	-758,0	623,4	1.841,1	-1.026,5	615,8	-131,2	-676,7	154,3	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	7.253,0	5.173,5	14.465,6	-3.282,7	-20.752,4	4.795,8	903,4	5.815,7	10.861,6	-290,8	-1.136,7	1.690,8	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-5.727,4	-4.160,2	-3.478,8	-4.884,7	-14.308,6	-14.339,7	-7.867,9	-13.197,1	-13.949,9	-11.173,0	-10.666,6	-14.815,4	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	1.525,6	1.013,2	10.986,7	-8.167,5	-35.061,0	-9.543,9	-6.964,5	-7.381,4	-3.088,3	-11.463,7	-11.803,3	-13.124,6	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	693,4	653,3	893,7	1.343,9	1.142,4	850,0	689,1	878,7	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0
RMV ²	155,1	153,7	152,5	151,3	271,1	149,0	156,7	168,2	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Ago/2008	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2009
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	65.917,3	59.770,2	61.998,8	66.575,9	80.010,6	43.205,7	54.920,8	57.812,7	59.452,6	62.225,9	57.326,3	54.386,0	60.564,9
I.1 - Recolhimento Bruto	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7	28.006,0	39.410,2	39.517,1	42.264,7	45.245,3	40.844,4	36.534,3	44.346,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,7	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	248,4	180,3	299,2	102,8	326,0	96,3	144,7	170,9	250,9	465,1	93,7	254,4	685,7
I.5 - Receita do Salário Educação	777,3	816,8	810,6	807,0	826,7	1.419,6	819,9	805,1	835,2	799,9	833,2	840,6	827,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.107,2	13.424,4	15.000,8	14.250,4	14.572,1	13.451,9	15.160,3	13.066,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	49.005,2	54.756,8	48.764,0	67.037,4	61.135,6	80.067,5	56.686,0	55.925,9	56.456,5	68.304,2	64.168,5	69.206,7	67.144,7
II.1 - Liberações Vinculadas	14.217,2	11.648,5	12.292,7	16.506,4	15.469,4	13.426,1	13.615,8	10.159,3	12.006,4	15.522,8	14.443,8	10.713,2	10.112,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9	9.476,5	8.827,1	7.049,6	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8	1.406,4	2.268,3	1.031,5	1.016,0	2.547,2	1.263,3	1.403,0	0,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9	2.380,7	2.357,9	1.915,7	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0
II.2 - Liberações Ordinárias	34.788,0	43.108,3	36.471,2	50.531,0	45.666,2	66.641,3	43.070,2	45.766,5	44.450,0	52.781,4	49.724,7	58.493,5	57.032,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.536,1	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.522,4	12.168,4	12.491,6	11.815,0	12.082,0	15.316,6	12.565,2	12.921,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.434,0	45,0	0,8	81,2	493,5	2.583,9	810,5	559,5	1.209,1	2.514,5	719,4	1.800,2	1.007,5
i) Dívida Contratual Interna	101,0	102,5	101,8	62,1	72,1	70,5	103,2	109,7	105,8	90,9	101,5	94,3	98,7
ii) Dívida Contratual Externa	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2	421,5	2.513,4	707,3	449,8	1.103,3	2.423,6	617,9	1.705,9	908,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.199,4	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.711,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.525,5	18.125,5	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.512,9	17.369,2	27.506,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.740,9	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5	7.177,6	8.791,9	11.209,4	11.649,5	12.032,7	13.544,9	12.438,9	12.666,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	154,5	188,2	489,6	258,1	410,8	602,4	151,6	231,3	291,3	547,6	313,8	305,1	218,9
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	16.912,2	5.013,4	13.234,8	-461,5	18.875,0	-36.861,7	-1.765,2	1.886,9	2.996,1	-6.078,3	-6.842,2	-14.820,7	-6.579,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	19.965,2	8.888,4	10.107,0	13.618,9	68.171,1	31.781,5	20.741,7	21.692,9	19.436,5	38.493,2	27.975,8	34.908,6	18.311,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9	19.221,0	20.435,4	17.964,8	37.125,4	26.523,9	33.968,2	17.261,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	762,5	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3	877,6	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7
V. DESPESAS	3.966,6	18.412,7	26.669,0	2.555,5	21.618,0	74.643,1	3.173,2	26.030,9	27.675,6	27.054,2	16.383,2	30.363,0	3.644,4
V.1 - Amortização da Dívida Interna	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.787,7	1.346,6	25.548,1	27.071,2	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.431,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3	26.887,6	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.253,9
V.1.2 - Dívida Contratual	152,1	152,5	171,1	192,4	185,8	117,3	178,8	219,8	183,5	179,2	177,1	181,9	177,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	745,9	134,2	112,8	89,4	155,1	1.855,4	1.826,5	482,8	604,4	2.087,6	2.333,0	1.041,0	212,8
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	16.134,2	-10.348,2	-17.142,1	10.593,6	45.566,8	-41.766,5	18.053,3	-4.892,8	-8.922,9	12.338,0	12.650,9	4.828,1	14.007,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7	14.218,4	-8.392,9	178,4	22.878,1	-22.833,0	2.287,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	35.733,8	1.085,4	-2.215,0	11.084,8	97.420,6	-115.513,5	16.636,1	11.767,3	-13.635,9	5.539,0	27.628,6	-33.108,2	10.374,8

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Ago/2008	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2009
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	4.022,9	5.596,3	17.412,2	2.682,9	31.992,5	1.709,9	1.832,7	14.218,4	3.107,1	10.978,4	26.378,1	3.167,0	3.187,8
I.1. Emissão de Títulos	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0	11.577,4	0,0	7.585,4	22.865,1	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	213,8	183,8	157,9	281,1	248,3	130,2	166,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	49,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	1.200,0	0,0	16.300,0	2.200,0	0,0	37.500,0	1.000,0	0,0	11.500,0	10.800,0	3.500,0	26.000,0	900,0
II.1. Resgate de Títulos	693,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	506,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0	900,0
III. RESULTADO (I - II)	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7	14.218,4	-8.392,9	178,4	22.878,1	-22.833,0	2.287,8

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões R\$ milhões

	Ago/2008	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2009
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	1,0	29,9	133,3	60,3	3,1	105,4	71,8	2,8	2,4	1,8	1,6	1,5	1,2
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	15,7	0,0	-0,1	0,1	-118,8	0,3	0,7	0,5
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-5,8	-16,1	-22,1	206,1	125,1	249,5	130,4	219,5	317,8	99,2	129,3	294,5	355,3
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	0,0	3,5	0,1	2,3	8,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-30,8	-36,2	-62,4	132,4	76,0	140,7	86,9	119,5	227,3	29,5	33,6	152,2	324,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	25,0	20,0	40,3	70,2	49,0	106,5	35,0	100,0	90,4	69,6	95,6	142,3	30,3
IV. PRONAF	-2,1	18,8	189,6	25,9	140,5	222,8	7,2	2,6	8,0	106,2	22,5	28,5	-472,0
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	12,7	13,2	102,3	42,1	9,9	191,3	3,0	6,7	4,9	109,5	6,6	8,4	7,2
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	-14,8	5,6	87,3	-16,2	130,5	31,4	4,2	-4,0	3,1	-3,3	15,9	20,2	-479,2
V. PROEX	-27,9	44,6	32,2	58,5	-50,5	89,9	-110,3	33,6	9,4	18,6	45,0	-63,4	41,2
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	26,6	25,9	47,2	25,3	0,8	88,9	1,0	35,9	59,3	27,1	29,9	52,4	27,1
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-54,6	18,7	-15,1	33,1	-51,3	1,1	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6	15,1	-115,8	14,2
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	8,6	2,1	1,1	32,3	187,4	0,0	0,0	0,0	27,5	27,5	88,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	1,4	0,0	48,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	131,1	42,4
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	48,9	119,5	115,7	138,1	233,0	66,2	58,1	50,4	75,6	26,5	42,2	95,7	55,7
XI. FUNCAFÉ	0,3	1,6	0,9	1,4	3,7	21,0	4,0	3,9	3,3	7,3	2,3	1,5	0,7
XII. REVITALIZA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0	0,0
XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7
XIV. TOTAL	-1.647,4	190,6	559,6	491,8	671,6	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	181,5	-1.784,8	480,4	10,3

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/08	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/09
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	625.853,6	624.506,8	614.743,6	618.211,8	699.217,7	711.250,2	715.153,6	540.251,0	543.876,3	557.926,9	571.141,3	596.683,4	600.453,5
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4
DPMFi em Poder do Público ¹	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4
DPMFi em Poder do Banco Central	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5
Demais Obrigações Internas	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.296.234,9
Disponibilidades Internas	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	395.878,3
Haveres junto aos Governos Regionais	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3
Haveres da Administração Indireta	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.728,7
Haveres Administrados pela STN	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	96.053,5	110.044,8	118.724,4	129.555,8	132.187,0	130.836,8	133.223,7	130.070,3	121.907,4	113.759,3	112.440,0	106.911,6	108.682,9
II.1. DÍVIDA EXTERNA	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1
Dívida Mobiliária	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6
Dívida Contratual	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5
II.2. HAVERES EXTERNOS	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	721.907,1	734.551,6	733.468,0	747.767,6	831.404,7	842.087,0	848.377,3	670.321,3	665.783,7	671.686,2	683.581,2	703.595,0	709.136,4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	24,4%	24,6%	24,4%	25,0%	28,0%	28,4%	28,9%	23,0%	22,8%	23,0%	23,5%	24,1%	24,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/08	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/09
I. DÍVIDA INTERNA	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4
LFT	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8
LTN	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5
NTN-B	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4
NTN-C	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8
NTN-F	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7
Dívida Securitizada	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6
Demais Títulos em Poder do Público	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3
LFT	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5
LTN	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,7
Demais Títulos na Carteira do BCB	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2
II. DÍVIDA EXTERNA	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6
Euro	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8
Global US\$	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2
Global BRL	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4
Demais Títulos Externos	287,1	298,1	331,0	366,9	369,3	367,8	379,4	324,4	306,8	279,4	277,7	267,8	271,1
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5
Organismos Multilaterais	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	1.726.495,1	1.745.532,5	1.759.575,4	1.790.257,9	1.896.608,7	1.816.262,2	1.847.951,5	1.881.851,6	1.859.061,3	1.864.072,4	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	58,4%	58,6%	58,6%	59,8%	63,8%	61,4%	62,9%	64,6%	63,8%	64,0%	66,5%	66,9%	68,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/08	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/09
I. HAVERES INTERNOS	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.296.234,9
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	395.878,3
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3
Bônus Renegociados	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9	482,3	441,7	411,6
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5
Antecipação de Royalties	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.728,7
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6
Fundos Constitucionais Regionais	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.935,7	45.387,3	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.650,0
Fundos Diversos	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8
Haveres de Operações Estruturadas	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3
Haveres Originários de Privatizações	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3
Haveres de Legislação Específica	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8
Demais Haveres Administrados pela STN	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4
II. HAVERES EXTERNOS	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.004.588,1	1.010.980,9	1.026.107,4	1.042.490,3	1.065.204,0	974.175,2	999.574,2	1.211.530,3	1.193.277,7	1.192.386,2	1.250.782,9	1.244.927,7	1.296.520,1
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	34,0%	33,9%	34,2%	34,9%	35,9%	32,9%	34,0%	41,6%	40,9%	40,9%	43,0%	42,7%	44,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO AGOSTO 2009/2008 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	4.110,4	1.132,0	1.129,7	8.938,2	10.067,9	273.212,6	19.841,1	1.463,6	1.459,9	18.734,5	20.194,3
Senado Federal	75.801,6	12.002,0	4.744,1	4.739,5	10.588,3	15.327,9	47.287,9	13.278,5	2.506,0	2.493,4	5.511,0	8.004,4
Tribunal de Contas da União	61.538,6	37.221,8	3.209,2	3.209,2	19.186,5	22.395,7	41.069,8	5.818,2	1.530,8	1.530,8	11.659,0	13.189,8
Supremo Tribunal Federal	70.118,6	5.548,9	1.274,8	1.259,2	39.605,4	40.864,6	69.313,8	5.244,7	2.738,3	2.738,3	48.504,1	51.242,4
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	4.750,4	377,7	347,4	11.770,1	12.117,5	14.385,0	6.050,3	2.631,9	2.631,7	7.801,3	10.433,0
Justiça Federal ³	240.348,4	240.771,0	187.385,8	185.717,8	129.908,9	315.626,7	287.019,5	292.311,8	246.395,5	246.253,9	95.481,2	341.735,1
Justiça Militar	8.089,7	407,6	152,4	150,2	2.029,9	2.180,1	10.765,7	4.387,8	598,3	596,5	1.653,2	2.249,7
Justiça Eleitoral	298.994,5	179.467,8	90.385,3	80.185,4	69.514,4	149.699,8	183.029,8	106.399,2	16.041,3	15.066,6	124.170,0	139.236,6
Justiça do Trabalho	171.302,1	38.785,4	14.288,0	13.084,3	116.448,5	129.532,8	223.249,0	70.506,7	21.238,2	20.669,2	114.019,2	134.688,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	32.546,9	10.478,7	3.735,3	3.687,6	41.767,0	45.454,6	62.996,0	31.115,0	6.347,3	5.720,4	15.273,3	20.993,8
Presidência da República ⁴	1.350.237,5	264.106,9	59.064,7	58.107,5	169.643,0	227.750,5	2.049.799,5	547.179,7	96.105,1	93.743,3	487.324,6	581.067,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	51.991,4	4.685,6	332,7	293,0	13.113,9	13.406,9	389.268,3	121.813,8	14.027,8	9.735,7	21.840,4	31.576,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	825.342,7	313.603,1	15.706,2	8.464,4	296.264,4	304.728,8	1.081.468,4	103.470,5	26.727,1	21.795,7	263.765,4	285.561,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.163.124,8	350.271,5	116.577,8	105.761,0	207.442,3	313.203,3	1.435.209,6	684.890,7	359.713,9	259.999,9	312.817,6	572.817,6
Ministério da Fazenda	482.410,6	296.815,1	279.446,1	279.372,4	110.610,9	389.983,3	1.301.576,6	73.762,3	31.234,0	30.856,0	47.078,5	77.934,5
Ministério da Educação	2.934.331,1	992.496,5	416.496,7	401.405,9	1.403.159,1	1.804.565,0	4.987.354,3	1.129.821,9	394.258,4	337.152,5	1.259.883,3	1.597.035,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.170,7	16.207,2	5.121,5	5.120,7	22.338,4	27.459,2	153.653,0	13.615,1	9.704,7	9.637,9	9.877,8	19.515,7
Ministério da Justiça	1.320.059,5	410.252,7	89.283,9	89.110,5	208.847,2	297.957,7	886.250,3	276.332,0	59.533,3	43.337,2	302.438,9	345.776,2
Ministério de Minas e Energia	64.856,2	11.011,8	3.328,3	3.295,4	15.148,1	18.443,5	67.156,4	18.179,6	13.030,1	11.093,2	15.091,7	26.184,9
Ministério da Previdência Social	148.128,2	23.474,4	4.229,2	4.116,2	44.862,8	48.978,9	239.409,2	27.813,0	5.026,3	4.092,5	81.428,5	85.521,0
Ministério Público da União	168.537,2	15.414,8	1.785,2	1.785,2	115.444,2	117.229,3	135.112,1	17.415,8	2.613,5	2.578,8	77.891,3	80.470,1
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	5.995,0	5.921,7	5.921,7	1.151,5	7.073,2	97.416,0	15.696,6	12.947,7	12.947,7	1.693,5	14.641,2
Ministério da Saúde	3.623.689,1	1.048.049,1	65.876,0	62.446,4	690.579,3	753.025,7	3.785.279,2	379.362,0	157.996,5	156.562,5	894.326,7	1.050.889,2
Ministério do Trabalho e Emprego	107.302,8	16.269,6	4.621,1	4.613,3	6.574,8	11.188,0	70.592,3	2.240,4	559,2	550,2	11.949,0	12.499,2
Ministério dos Transportes	9.702.709,6	3.989.292,9	596.878,2	515.663,7	2.935.389,6	3.451.053,4	11.377.843,7	6.559.315,8	1.207.246,4	1.087.491,0	3.134.785,9	4.222.276,9
Ministério das Comunicações	39.184,4	755,5	320,2	320,2	36.947,9	37.268,1	82.929,8	3.883,4	544,4	544,3	19.016,4	19.560,6
Ministério da Cultura	263.788,7	40.568,4	7.185,2	7.185,2	69.856,1	77.041,3	225.866,2	40.447,6	4.692,9	4.684,9	49.616,3	54.301,2
Ministério do Meio Ambiente	170.023,1	8.659,7	1.659,2	1.652,4	23.030,6	24.683,1	122.117,7	7.814,7	3.123,6	3.121,2	25.621,4	28.742,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.887.082,2	599.670,3	373.259,4	373.259,4	351.245,5	724.504,9	2.139.572,0	860.733,3	455.193,4	455.143,6	283.651,5	738.795,0
Ministério do Esporte	898.825,3	473.291,3	421,9	407,1	117.306,8	117.713,9	1.006.699,9	9.697,5	413,3	413,3	85.772,0	86.185,2
Ministério da Defesa	4.482.145,8	1.859.127,3	518.069,1	493.633,0	914.964,7	1.408.597,7	5.324.215,3	2.049.610,6	888.814,5	874.311,6	1.075.689,6	1.950.001,2
Ministério da Integração Nacional	4.953.703,9	1.647.406,3	110.498,2	106.575,6	931.192,5	1.037.768,1	5.393.884,8	1.976.841,1	637.231,1	635.090,8	1.262.737,4	1.897.828,2
Ministério do Turismo	2.002.397,6	935.809,3	25.473,3	25.473,3	555.893,7	581.367,1	1.830.075,0	90.832,4	19.388,2	19.383,7	203.010,5	222.394,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	182.728,7	48.890,0	25.442,0	25.442,0	47.456,7	72.898,7	241.851,9	70.031,8	40.679,8	40.679,8	52.260,6	92.940,4
Ministério das Cidades	6.947.070,2	3.872.296,7	483.020,1	478.245,2	2.810.216,1	3.288.461,2	8.364.072,4	3.506.451,7	822.589,9	820.362,8	1.608.851,4	2.429.214,2
TOTAL	45.342.978,6	17.777.964,8	3.516.702,3	3.351.180,9	12.548.437,1	15.899.618,0	54.001.003,3	19.142.206,7	5.564.886,1	5.234.470,9	12.031.227,1	17.265.698,0

Dados preliminares.

¹ Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte.

⁴ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁵ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XIV - nº 8 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

AGOSTO / 2009

Comentários

Em Agosto de 2009 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 16,3%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM naquele mês atingiram o montante de R\$ 5.612.294,2 (mil), ante R\$ 4.824.337,2 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008			2009			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Ago/2009	Ago/2009	Jan a Ago/2009
							Jul/2009	Ago/2008	Jan a Ago/2008
FPM	2.830.256,9	3.457.093,7	26.655.881,3	2.466.990,7	2.869.923,3	24.856.505,7	16,3%	-17,0%	-6,8%
FPE	2.704.467,5	3.303.444,9	25.471.174,1	2.357.346,5	2.742.371,0	23.741.683,4	16,3%	-17,0%	-6,8%
IPI-Exp	271.941,5	277.198,7	1.988.520,5	161.799,3	174.592,0	1.404.244,0	7,9%	-37,0%	-29,4%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
AGOSTO	+ 21 %	+ 16,3 %	+ 21 %	16,3 %	+ 20 %	7,9 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	SET/AGO	OUT/SET	NOV/OUT
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 11 %	+ 15 %	+ 23 %
IPI - EXP	+ 12 %	+ 14 %	- 3 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2009 a 20/08/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUL/3º DEC	1.669.242	8.728.230	10.397.471	AGO/1º DEC	1.788.365	1.871.545	133.539	3.793.449
AGO/1º DEC	441.558	965.731	1.407.289	AGO/2º DEC	242.054	253.312	35.325	530.690
AGO/2º DEC	71.601	4.067.656	4.139.257	AGO/3º DEC	711.952	745.066	5.728	1.462.747
TOTAL	2.182.401	13.761.617	15.944.017	TOTAL	2.742.371	2.869.923	174.592	5.786.886

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	14.972,9	93.816,5	24,9
ALAGOAS	AL	67.989,0	114.085,4	516,5
AMAZONAS	AM	40.266,7	76.523,1	2.102,3
AMAPÁ	AP	10.025,0	93.569,7	163,9
BAHIA	BA	260.920,0	257.678,7	11.721,3
CEARÁ	CE	149.208,4	201.205,0	1.548,7
DISTRITO FEDERAL	DF	4.695,3	18.927,8	173,2
ESPÍRITO SANTO	ES	49.349,2	41.135,6	7.161,5
GOIÁS	GO	103.931,9	77.968,3	2.766,6
MARANHÃO	MA	119.288,5	197.949,8	1.803,3
MINAS GERAIS	MG	376.120,9	122.158,9	20.995,0
MATO GROSSO DO SUL	MS	43.575,0	36.528,4	1.171,4
MATO GROSSO	MT	52.909,1	63.291,2	2.057,9
PARÁ	PA	104.269,7	167.613,7	8.106,9
PARAÍBA	PB	92.476,5	131.329,4	367,8
PERNAMBUCO	PE	143.929,0	189.229,1	1.072,5
PIAUÍ	PI	73.118,2	118.508,8	50,6
PARANÁ	PR	196.131,9	79.068,0	16.745,7
RIO DE JANEIRO	RJ	84.377,0	41.895,2	27.618,3
RIO GRANDE DO NORTE	RN	70.975,3	114.573,5	292,4
RONDÔNIA	RO	26.020,3	77.214,2	545,9
RORAIMA	RR	18.005,5	68.030,0	8,4
RIO GRANDE DO SUL	RS	194.510,7	64.577,4	20.516,2
SANTA CATARINA	SC	111.329,8	35.096,9	11.933,0
SERGIPE	SE	41.577,5	113.953,7	152,4
SÃO PAULO	SP	379.375,5	27.423,7	34.918,4
TOCANTINS	TO	40.574,9	119.018,9	57,0
TOTAL		2.869.923,3	2.742.371,0	174.592,0

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br